



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Conceição do Araguaia



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Conceição do Araguaia (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



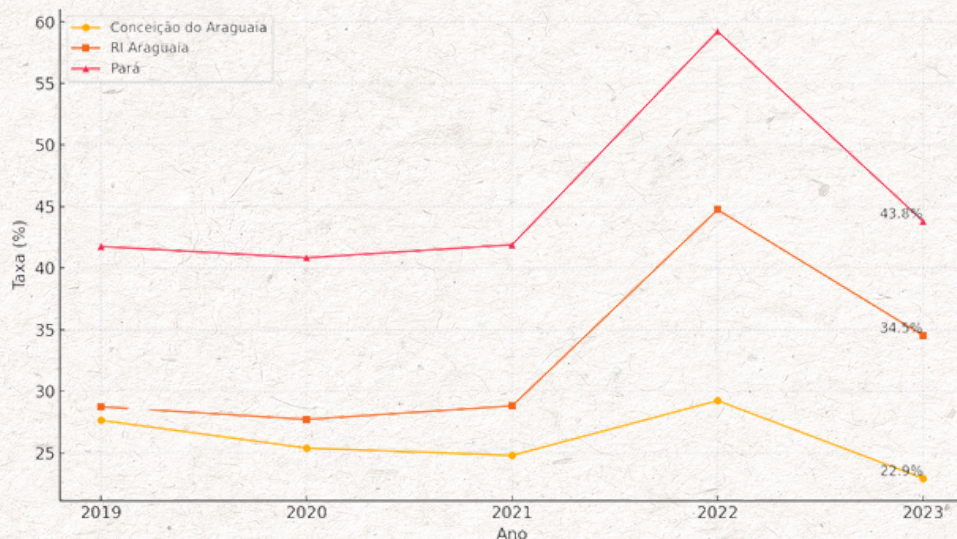
Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza em Conceição do Araguaia apresentou uma leve tendência de queda, passando de 27,8% para 24,7%. A Região de Integração (RI) Araguaia e o estado do Pará também se mantiveram relativamente estáveis nesse período, com o Pará oscilando levemente entre 41,8% e 42,1%. Esse comportamento sugere um contexto de contenção da pobreza, possivelmente relacionado à manutenção de políticas sociais, apesar dos desafios econômicos enfrentados pelo país no período (Gráfico 1).

O ano de 2022, contudo, marca um aumento expressivo da pobreza nos três níveis territoriais. Em Conceição do Araguaia, a taxa saltou para 29,1%, enquanto a RI Araguaia chegou a 44,7% e o Pará atingiu o pico de 59,3%. Esse agravamento pode estar relacionado aos efeitos prolongados da pandemia de COVID-19, com reflexos no desemprego, na informalidade e na redução da renda das famílias, o que impactou duramente a população mais vulnerável (Gráfico 1).



Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

As despesas públicas com serviços essenciais em Conceição do Araguaia mostraram uma trajetória decrescente ao longo dos anos analisados. Em 2019, o município destinava 66% de suas despesas totais a esses serviços, caindo para 61,8% em 2020 e estabilizando-se em torno de 61% até 2022. Em 2023, porém, houve uma queda mais acentuada, com o percentual reduzido para 55,8%. Isso sinaliza uma possível reestruturação orçamentária, com redução de prioridades para áreas essenciais ou redistribuição

de recursos para outros setores (Gráfico 2).

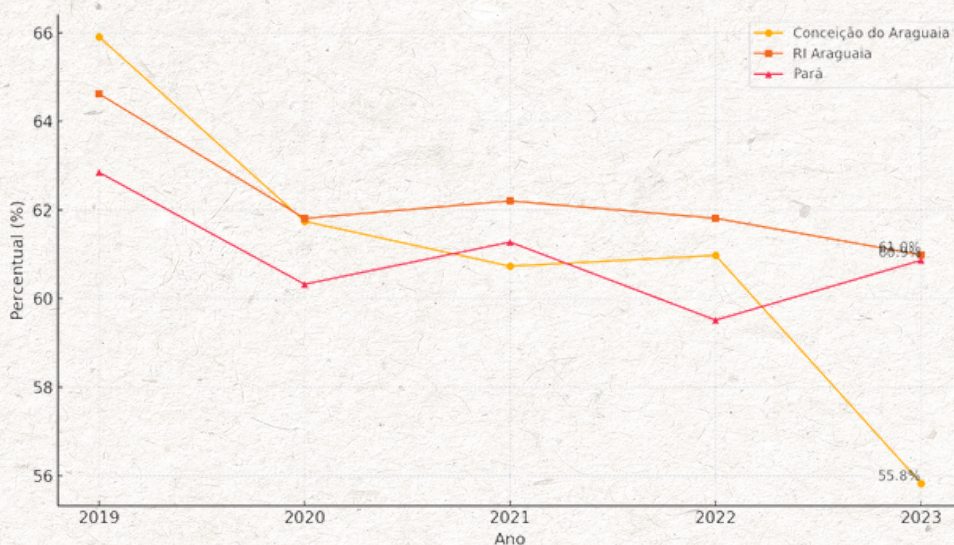
A RI Araguaia manteve maior estabilidade nas alocações, partindo de 64,6% em 2019 e permanecendo em torno de 61% nos anos seguintes, o que demonstra certo grau de consistência na priorização dos serviços essenciais. Essa estabilidade pode indicar um planejamento fiscal mais rígido ou menor impacto de oscilações externas nas contas regionais (Gráfico 2).

No estado do Pará, a trajetória também foi marcada por certa oscilação, mas sem que-

das bruscas. O percentual caiu de 62,9% em 2019 para 60,4% em 2023, com uma queda mais expressiva em 2022 (59,5%). De forma geral, os dados revelam que, embora haja uma tendência de queda no esforço fiscal com serviços essenciais em nível local, a RI e o estado têm conseguido manter certa constância nesse aspecto, o que pode refletir maior capacidade institucional ou prioridades orçamentárias mais bem definidas (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Conceição do Araguaia, a taxa de prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou certa oscilação entre 2019 e 2023. No início do período, a taxa era de 6,5%, subindo para 7,6% em 2020. Essa elevação pode estar associada a fatores como condições precárias de pré-natal, desnutrição materna ou dificuldades no acesso a serviços de saúde. No ano seguinte, houve uma queda significativa para 6,6%, indicando melhora momentânea nas condições de atenção materno-infantil (Gráfico 3).

No entanto, em 2022, o indicador disparou para 8,6%, superando tanto a média da Re-

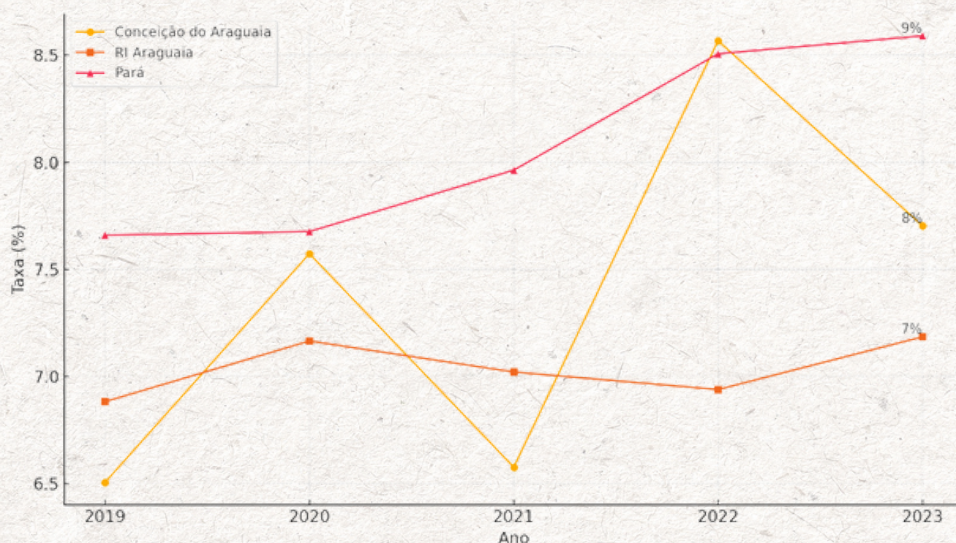
gião de Integração Araguaia (6,9%) quanto a do estado do Pará (8,5%). Essa elevação pode ter sido reflexo de impactos da pandemia sobre o sistema de saúde e sobre a situação socioeconômica das gestantes, além de possível aumento da subnotificação de cuidados adequados. A taxa elevada sinaliza a necessidade de atenção à qualidade do pré-natal e da assistência básica no município (Gráfico 3).

Já em 2023, observa-se um recuo para 8%, o que representa uma melhora frente ao pico anterior, ainda que os níveis permaneçam altos. A RI Araguaia manteve relativa estabilidade com 7%, enquanto o

Pará atingiu o maior valor da série, com 9%. Essa discrepância mostra que Conceição do Araguaia conseguiu certa recuperação, embora a prevalência ainda esteja acima da média recomendada pela OMS (em torno de 7%). O dado reforça a importância de políticas públicas voltadas à nutrição, atenção pré-natal e vigilância em saúde infantil (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Em Conceição do Araguaia, a produtividade agrícola iniciou o período de análise em 2019 com um valor de R\$ 6,9 mil por hectare, apresentando um salto significativo em 2020 para R\$ 12,6 mil/ha, igualando-se à média da RI Araguaia. Esse aumento pode refletir melhorias nas práticas de manejo, introdução de tecnologias ou efeitos de preços favoráveis no mercado agrícola, especialmente em cultivos de maior valor agregado (Gráfico 4).

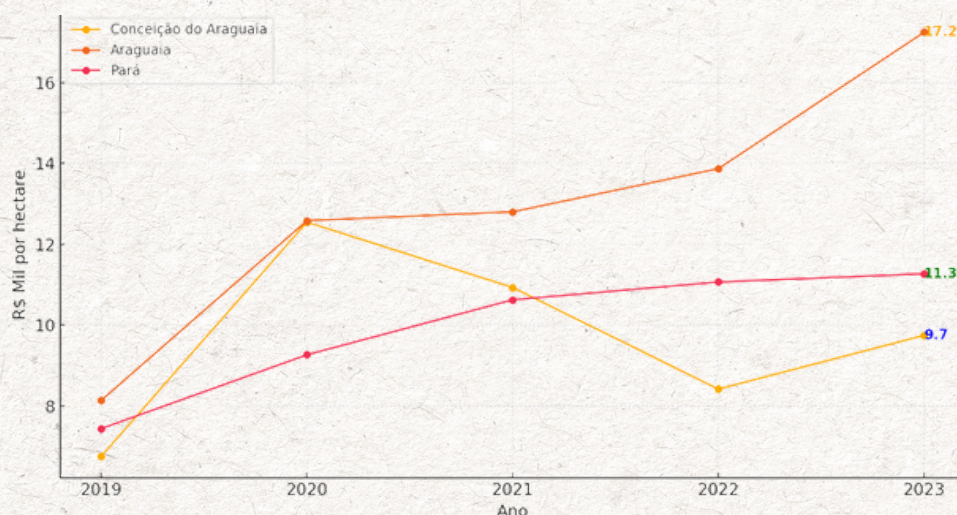
Contudo, após esse pico, a produtividade em Conceição

do Araguaia sofreu retração nos dois anos seguintes: caiu para R\$ 11 mil/ha em 2021 e depois para R\$ 8,4 mil/ha em 2022. Enquanto isso, tanto a RI Araguaia quanto o estado do Pará mantiveram trajetória ascendente, sugerindo que fatores locais, como clima adverso, redução de área cultivada ou dificuldades de acesso a crédito rural, podem ter impactado negativamente o desempenho agrícola no município (Gráfico 4).

Em 2023, houve leve recuperação na produtividade agrícola de Conceição do Araguaia,

que atingiu R\$ 9,7 mil/ha, embora ainda abaixo dos níveis de 2020. Em contraste, a RI Araguaia continuou sua trajetória de crescimento, atingindo R\$ 17,2 mil/ha, consolidando uma ampla vantagem. O estado do Pará também cresceu, com R\$ 11,3 mil/ha. A diferença acentuada entre o município e sua região sugere necessidade de políticas locais específicas para modernização agrícola e fortalecimento da infraestrutura de apoio à produção no município (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 9,7 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

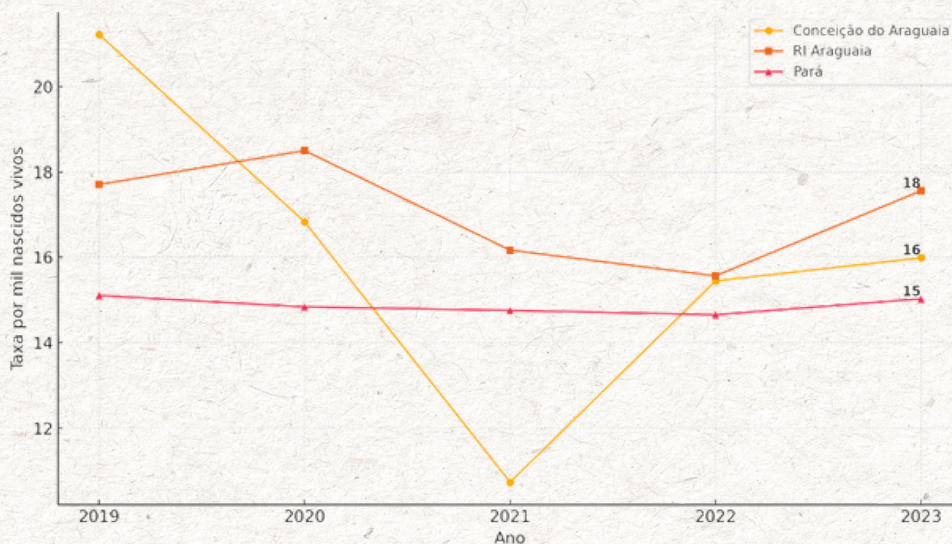
Em Conceição do Araguaia, a taxa de mortalidade infantil iniciou o período de análise em 2019 com um patamar elevado (21,1 óbitos por mil nascidos vivos), destacando-se negativamente frente à média estadual (15,2). Nos dois anos seguintes, o município apresentou queda significativa nesse indicador, atingindo o mínimo de 10,8 em 2021, possivelmente refletindo avanços nos cuidados neonatais, melhorias em infraestrutura de saúde ou maior cobertura da atenção básica nesse período (Gráfico 5).

A partir de 2022, no entanto, a taxa voltou a crescer, chegando a 16,0 em 2023, sugerindo um retrocesso nos avanços anteriores. A RI Araguaia, por sua vez, manteve níveis mais elevados durante quase todo o período, oscilando entre 17,8 e 18,0, enquanto o estado do Pará permaneceu relativamente estável, com uma leve elevação em 2023. O comportamento de Conceição do Araguaia, com queda acentuada seguida de elevação, pode apontar instabilidade nos determinantes sociais e estruturais da saúde infantil local (Gráfico 5).



Essas oscilações revelam desafios na consolidação de políticas públicas sustentáveis voltadas à redução da mortalidade infantil, que depende não apenas de investimentos em saúde, mas também de fatores como saneamento, nutrição, educação materna e acompanhamento pré-natal. O retorno à tendência de alta alerta para a necessidade de fortalecimento da atenção primária e vigilância em saúde, com foco específico nas causas evitáveis desses óbitos (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

No período analisado, Conceição do Araguaia apresentou um crescimento constante na proporção de médicos por 10 mil habitantes. Em 2019, o índice era de 9,8, subindo para 10,8 em 2020 e atingindo 13,0 em 2023. Esse aumento pode ser atribuído a políticas de interiorização da medicina, ampliação de concursos públicos, programas federais de provimento médico, ou expansão da rede de saúde municipal (Gráfico 6).

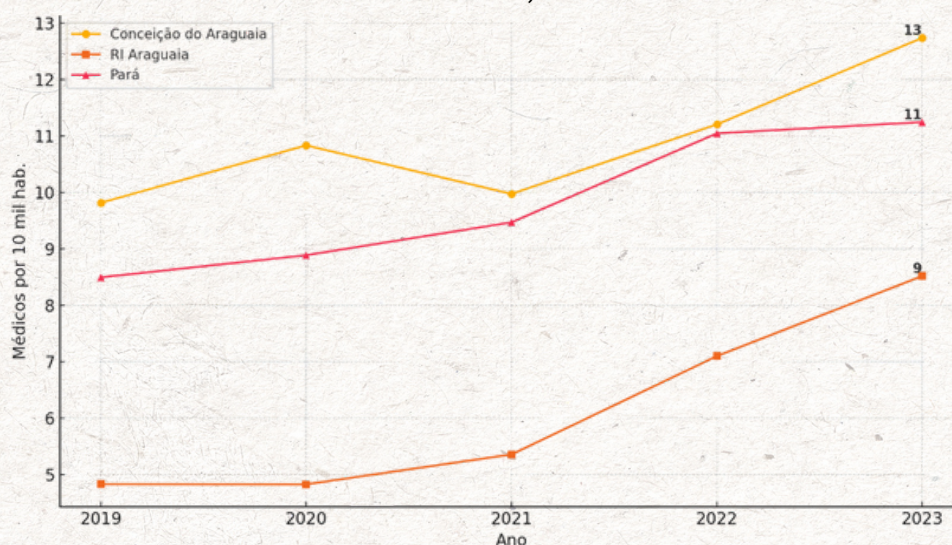
Comparativamente, o município manteve-

se acima da média da Região de Integração Araguaia e do estado do Pará em todos os anos. A RI Araguaia partiu de um patamar muito inferior (4,8 médicos em 2019) e chegou a 9,0 em 2023, enquanto o Pará passou de 8,5 para 11,1 no mesmo intervalo. Esses dados sugerem que, embora o município já partisse de um nível relativamente mais alto, ele conseguiu manter o ritmo de expansão, o que pode indicar maior capacidade de atração e retenção de profissionais de saúde (Gráfico 6).



Esse aumento na densidade médica é um fator positivo que, em teoria, contribui para a melhoria de indicadores de saúde como mortalidade infantil e cobertura de atenção básica. No entanto, a elevação da taxa de mortalidade infantil observada a partir de 2022 mostra que o aumento no número de médicos, por si só, não é suficiente. A efetividade desse recurso depende de sua distribuição, especialização, infraestrutura de apoio e articulação com políticas de saúde pública territorializadas (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Conceição do Araguaia iniciou o período com 188,7 vagas por mil habitantes em 2019, apresentando uma leve tendência de queda nos anos seguintes. Após uma leve recuperação em 2021 e 2022, o município encerrou 2023 com 170 vagas por mil habitantes, o menor valor da série. Esse comportamento pode indicar estagnação na expansão da oferta educacional pública em relação ao crescimento populacional ou mesmo reestruturações na rede municipal de ensino (Gráfico 7).

Na Região de Integração (RI) Araguaia, a trajetória foi diferente. O número de vagas permaneceu estável entre 2019 e 2021, mas apresentou uma elevação significativa em 2022 (214,5), seguida de queda em

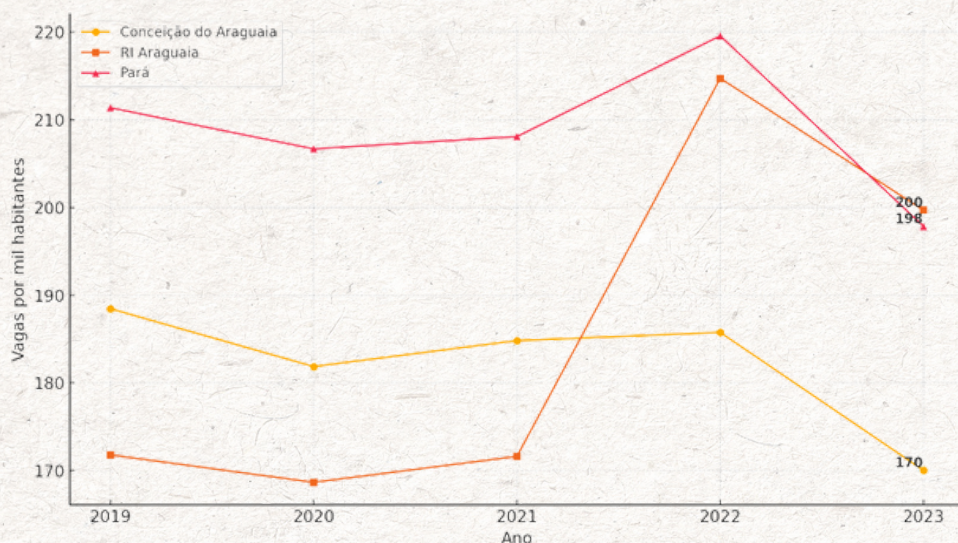
2023 (200). Esse pico pode ter sido motivado por reabertura de turmas ou aumento da cobertura após os efeitos da pandemia. Já no estado do Pará, a tendência foi relativamente estável até 2021, com crescimento em 2022 e posterior queda para 198,1 vagas em 2023, sinalizando um padrão similar ao da RI (Gráfico 7).

A queda recente observada tanto no município quanto na RI e no estado sugere possíveis dificuldades de manutenção do ritmo de expansão das vagas públicas, o que pode impactar o acesso à educação, especialmente em áreas periféricas. É necessário avaliar se essas quedas refletem apenas ajustes demográficos ou se são reflexo de



restrições orçamentárias e mudanças na priorização das políticas educacionais locais e estaduais (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 170 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

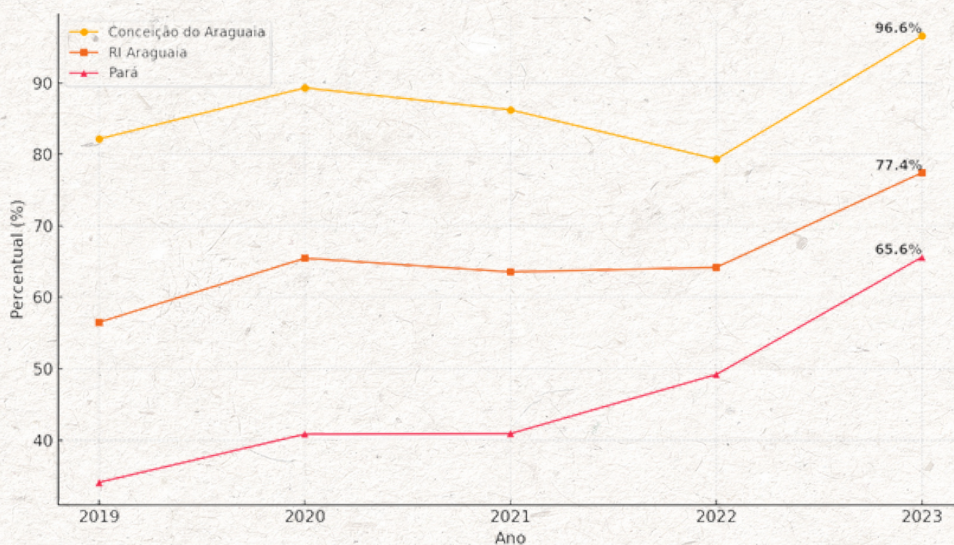
Em relação ao acesso à internet nas escolas, Conceição do Araguaia apresentou uma trajetória destacadamente positiva ao longo dos anos. Partindo de 82% em 2019, o município chegou a 89,2% em 2020 e, após ligeira oscilação em 2021 e 2022, atingiu expressivos 96,6% em 2023. Esse avanço posiciona o município bem acima da média estadual e regional, sugerindo investimentos consistentes em infraestrutura tecnológica, fundamentais para a modernização do ensino e para viabilizar modelos híbridos e digitais de aprendizagem (Gráfico 8).

A Região de Integração Araguaia também apresentou crescimento contínuo, passando de 56,8% em 2019 para 77,4% em 2023. Embora em ritmo mais lento, esse aumento aponta para um esforço regional de expansão da conectividade escolar. Já o estado do Pará teve o maior salto proporcional: de apenas 34,1% em 2019 para 65,6% em 2023. Ainda que o patamar atual permaneça abaixo dos demais níveis, a tendência é claramente de ampliação, o que demonstra avanços na equidade tecnológica entre regiões (Gráfico 8).

Esses dados evidenciam a importância de políticas públicas voltadas à inclusão digital nas escolas, especialmente no pós-pandemia, quando a internet se consolidou como ferramenta indispensável à continuidade dos processos de ensino-aprendizagem. O desempenho de Conceição do Araguaia, neste caso, pode servir como exemplo de boas práticas a serem replicadas em outros municípios da RI e do estado (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5: Violência Contra a Mulher por Parceiros** e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

Em Conceição do Araguaia, o indicador de violência contra a mulher por parceiros permaneceu zerado entre 2019 e 2021, o que pode indicar subnotificação, ausência de registros oficiais ou mesmo ausência de dados disponíveis nesse período. A partir de 2022, o número de casos registrados aumentou de forma expressiva, alcançando 31,1 por 100 mil habitantes. Apesar de ter havido redução em 2023 (22,3), os valores permanecem elevados, sugerindo maior visibilidade do problema, intensificação de denúncias ou agravamento das situações de violência doméstica no município (Gráfico 9).



Na Região de Integração Araguaia, o número de casos era baixo e estável até 2021 (entre 3,9 e 5 por 100 mil), mas também sofreu aumento expressivo em 2022 e 2023, atingindo 16 por 100 mil no último ano. Já o estado do Pará apresentou uma tendência crescente desde 2019, partindo de 12,6 e alcançando 29,1 em 2022, com leve queda em 2023 para 26. Isso evidencia uma ampliação da violência

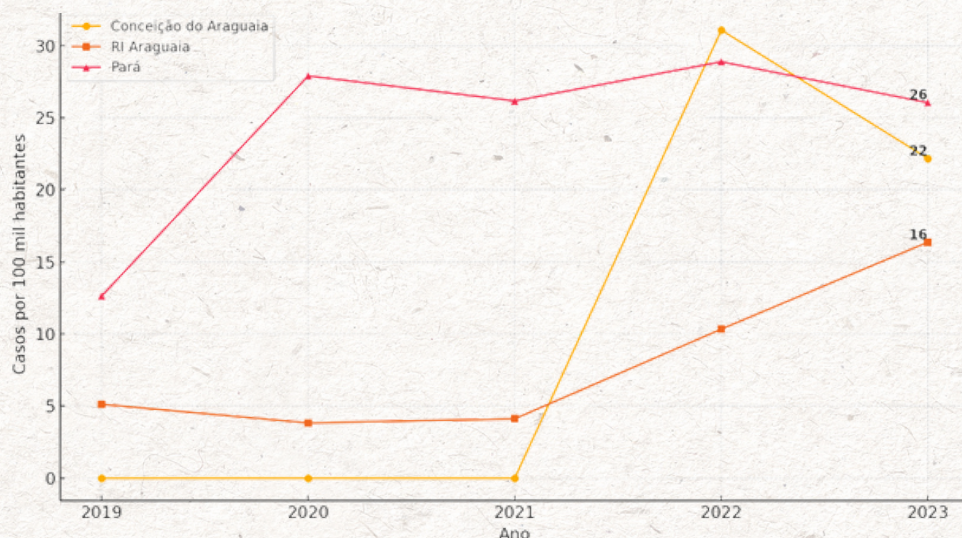
doméstica registrada em todos os níveis territoriais, possivelmente impulsionada pelas consequências da pandemia, como isolamento social e dificuldades econômicas (Gráfico 9).

A elevação do indicador nos anos mais recentes revela a urgência do fortalecimento das políticas públicas de proteção às mulheres. Isso inclui o aprimoramento das redes de apoio, aumento da

capilaridade dos serviços especializados, promoção de campanhas de prevenção e incentivo à denúncia. A redução parcial em 2023 é positiva, mas os níveis ainda elevados mostram que o enfrentamento à violência contra a mulher continua sendo um desafio prioritário para a gestão pública (Gráfico 9).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

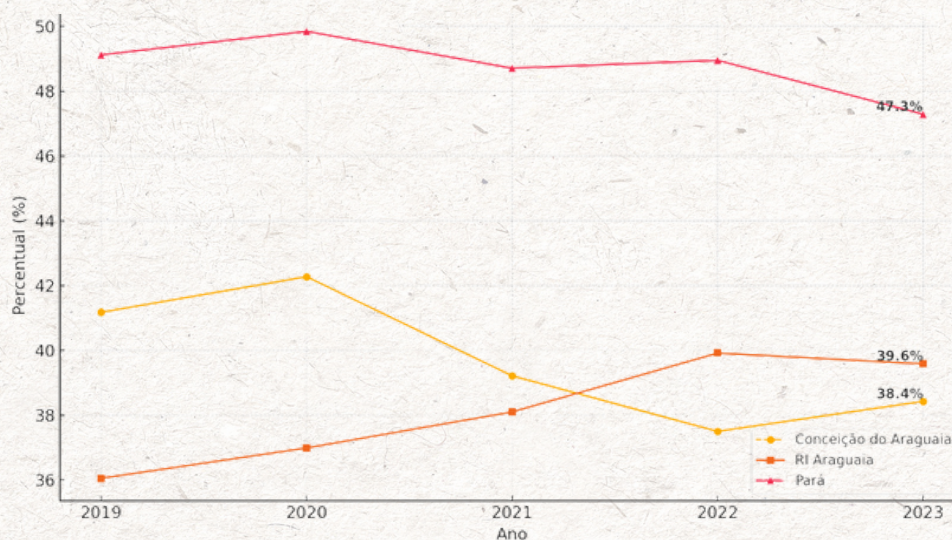
Conceição do Araguaia iniciou o período de análise com uma participação feminina relativamente elevada em cargos gerenciais (41,3% em 2019), com leve aumento em 2020 (42,3%). No entanto, essa proporção caiu significativamente em 2021 e 2022, atingindo o menor valor da série em 2022 (37,7%). Em 2023, houve uma leve recuperação para 38,4%, mas ainda abaixo dos níveis iniciais, sugerindo perda de espaço da mulher em posições de liderança no município (Gráfico 10).



Por outro lado, a RI Araguaia apresentou crescimento constante nesse indicador, passando de 36% em 2019 para 39,6% em 2023. Já o estado do Pará manteve-se estável e com patamares mais elevados ao longo dos anos, sempre acima de 47%, o que indica maior paridade de gênero na esfera estadual. Esse contraste evidencia um desafio maior no âmbito municipal para manter e ampliar a presença feminina em cargos de decisão (Gráfico 10).

A oscilação e a leve queda na participação de mulheres em cargos gerenciais em Conceição do Araguaia apontam para a necessidade de políticas afirmativas, incentivos institucionais e programas de capacitação e liderança voltados para mulheres. A equidade de gênero nas posições de gestão é fundamental não só para garantir justiça social, mas também para promover uma diversidade de perspectivas na formulação de políticas públicas e na administração de serviços (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 38,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Conceição do Araguaia, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto apresenta valores extremamente baixos ao longo de todo o período. Em 2019, apenas 1,6% dessa população era atendida, e esse número caiu progressivamente nos anos seguintes, atingindo apenas 0,6% em 2023. Essa tendência de queda revela uma estagnação – ou até retrocesso – na ampliação do acesso ao saneamento básico entre os mais vulneráveis, o que agrava as desigualdades e prejudica diretamente as condições de saúde pública (Gráfico 11).



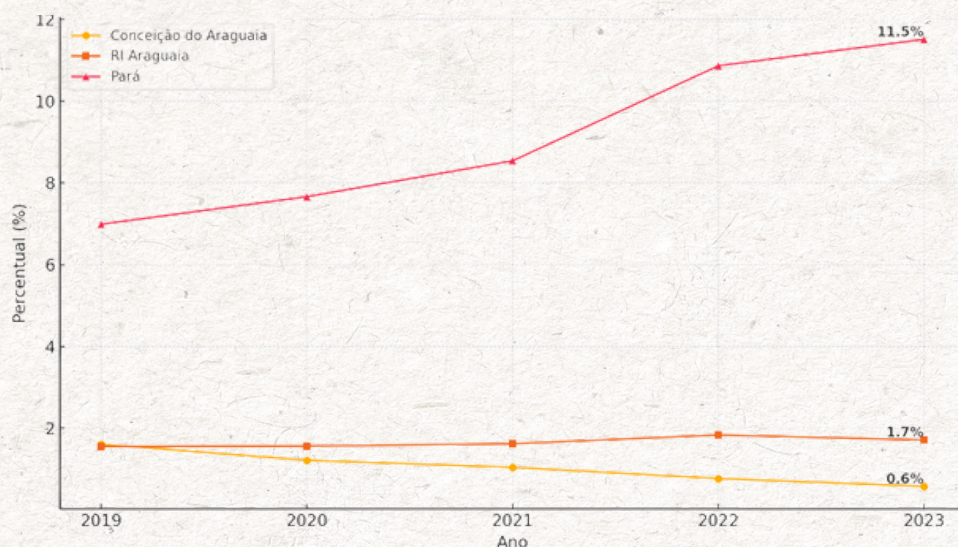
Na Região de Integração Araguaia, o indicador apresentou maior estabilidade, com pequena oscilação entre 1,6% e 1,7%, permanecendo ainda em níveis muito baixos. Isso sugere que os desafios no acesso à coleta de esgoto para a população de baixa renda são compartilhados regionalmente e que há carência de políticas eficazes voltadas a esse segmento específico da população (Gráfico 11).

Em contraste, o estado do Pará apresentou crescimento significativo no período: o percentual passou de 7% em 2019 para 11,5% em 2023, demonstrando algum avanço na inclusão dessa população nos sistemas de saneamento. Apesar disso, os números ainda são baixos frente ao ideal. A disparidade entre o estado e o município destaca a necessidade de ações específicas e direcionadas em Conceição do

Araguaia para ampliar a cobertura de esgoto na periferia urbana e em áreas de maior vulnerabilidade social (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

No município de Conceição do Araguaia, os gastos com saneamento por habitante foram nulos entre 2019 e 2021, o que evidencia ausência de investimentos diretos no setor nesse período. A partir de 2022, no entanto, verifica-se uma mudança expressiva de postura, com o valor saltando para R\$ 55 per capita e, em 2023, atingindo R\$ 187. Esse aumento súbito pode refletir a implementação de novos projetos ou o início de investimentos estruturais mais robustos, ainda que tardiamente (Gráfico 12).

Já na Região de Integração Araguaia, os valores foram consistentemente baixos, variando entre R\$ 21 e R\$ 50, com

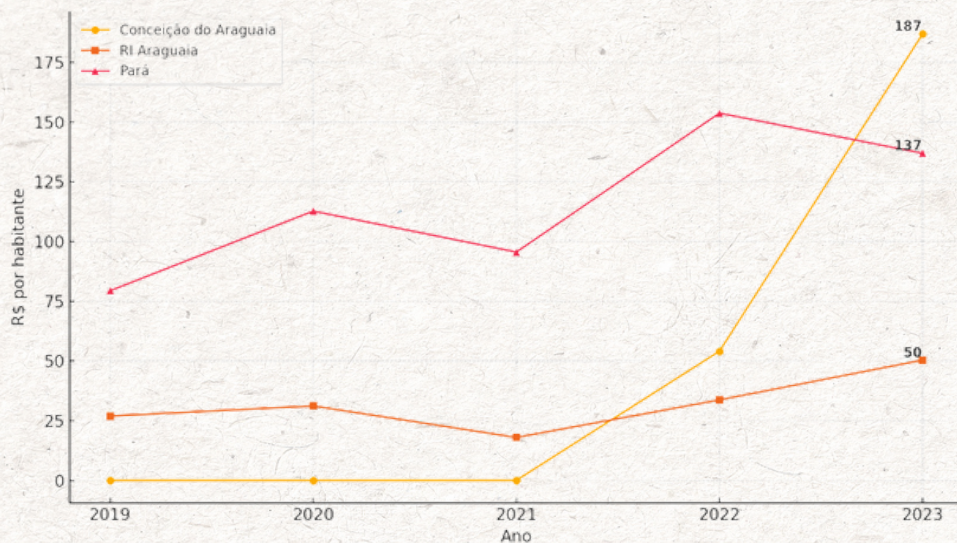
leve crescimento a partir de 2022. Isso indica um padrão de subinvestimento em saneamento básico na escala regional, o que pode comprometer o alcance de metas de universalização do serviço e contribuir para a perpetuação de desigualdades em saúde e qualidade de vida (Gráfico 12).

No estado do Pará, os investimentos per capita foram mais elevados e relativamente estáveis, começando em R\$ 80 em 2019 e atingindo picos de R\$ 154 em 2022, finalizando em R\$ 137 em 2023. Essa consistência sugere uma política estadual mais estruturada em relação ao saneamento. O desempenho recente de Conceição do Araguaia é

promissor, mas será necessário manter e ampliar os investimentos para reverter o quadro crítico de cobertura de esgoto, especialmente entre a população de baixa renda (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 187/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



Em Conceição do Araguaia, o consumo de energia elétrica per capita apresentou crescimento constante entre 2019 e 2023. Em 2019, o consumo era de aproximadamente 973 kWh/hab., passando para 1003 em 2020 e subindo gradualmente até atingir 1357 kWh/hab. em 2023. Esse comportamento pode refletir tanto o aumento da demanda energética domiciliar quanto o avanço da eletrificação em áreas anteriormente desassistidas, além do maior uso de equipamentos elétricos pelas

famílias (Gráfico 13).

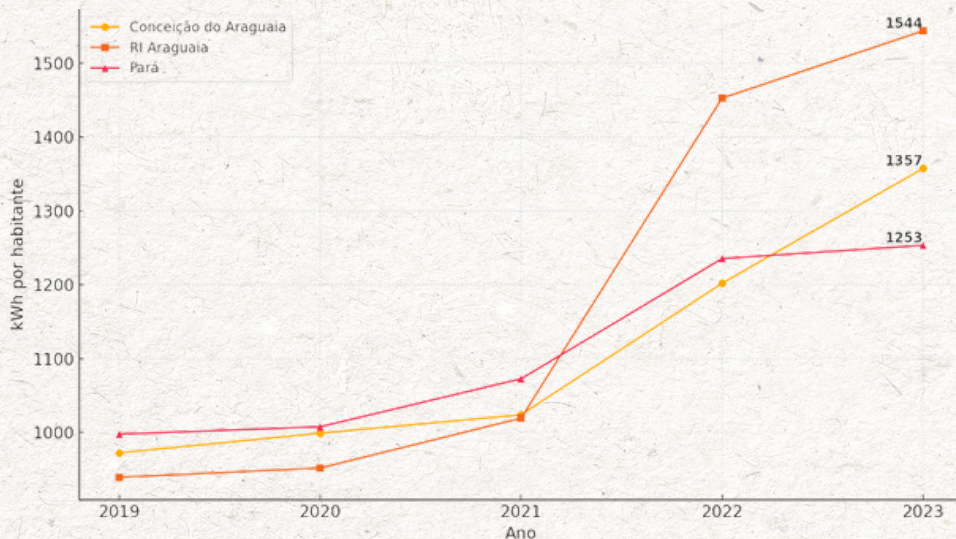
Na Região de Integração Araguaia, o crescimento foi ainda mais expressivo, especialmente entre 2021 e 2022, quando o consumo saltou de 1020 para 1453 kWh/hab., finalizando 2023 com 1544 kWh/hab. Essa elevação acentuada pode indicar uma expansão da rede elétrica e maior acesso à energia em áreas rurais e periféricas, além de mudanças nos padrões de consumo, possivelmente relacionadas ao aumen-

to de renda ou programas de incentivo à modernização de residências (Gráfico 13).

Já o estado do Pará seguiu uma trajetória ascendente mais moderada, partindo de 997 kWh/hab. em 2019 e atingindo 1253 kWh/hab. em 2023. Apesar de estar abaixo da média da RI Araguaia e de Conceição do Araguaia em 2023, o crescimento no estado demonstra uma tendência positiva, o que reforça a importância da expansão da in-

fraestrutura energética como vetor de desenvolvimento regional e inclusão social (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.357 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Conceição do Araguaia apresenta uma significativa redução no uso de iluminação fóssil entre os domicílios de baixa renda ao longo do período analisado. Em 2019, 1,8% desses domicílios ainda utilizavam esse tipo de fonte, percentual que caiu consistentemente até atingir apenas 0,9% em 2023. Essa queda revela avanços importantes no acesso à eletricidade, indicando que os investimentos em infraestrutura energética têm, de fato, alcançado as populações mais vulneráveis (Gráfico 14).

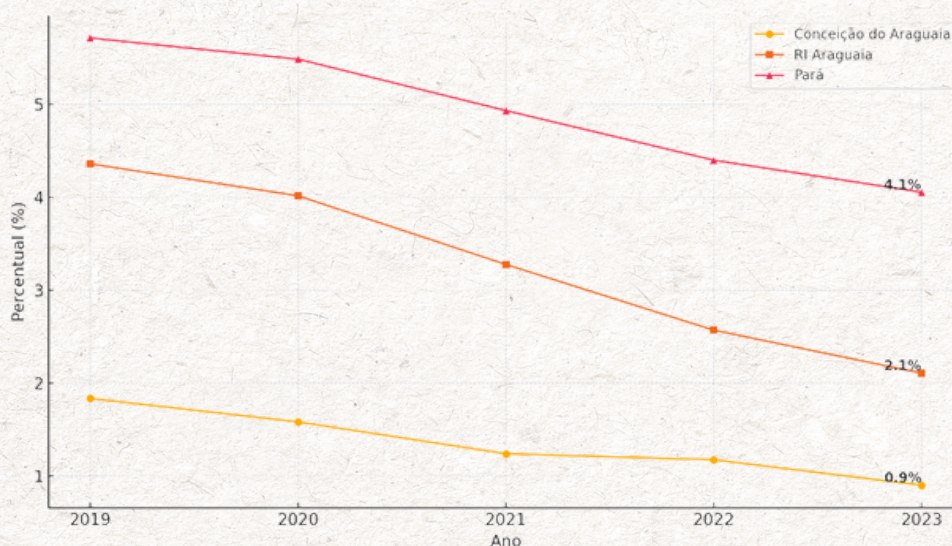
Na Região de Integração Araguaia, a trajetória também é de queda, mas partindo de um patamar mais alto: 4,4% em 2019 para 2,1% em 2023. A redução mostra progresso, mas o percentual ainda é mais que o dobro do registrado em Conceição do Araguaia, o que sugere desigualdades intrar-regionais no acesso à energia. Isso reforça a necessidade de políticas focalizadas para territórios mais isolados ou de difícil acesso dentro da própria RI (Gráfico 14).

O estado do Pará, por sua vez,

teve um declínio constante de 5,7% para 4,1% entre 2019 e 2023, mantendo os maiores percentuais ao longo do período. Ainda que a tendência seja de melhoria, a persistência do uso de fontes fósseis em larga escala na base da população revela um desafio estrutural. A expansão da energia elétrica de forma universal e equitativa deve continuar sendo prioridade das políticas públicas, especialmente para garantir dignidade e segurança energética às famílias de baixa renda (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



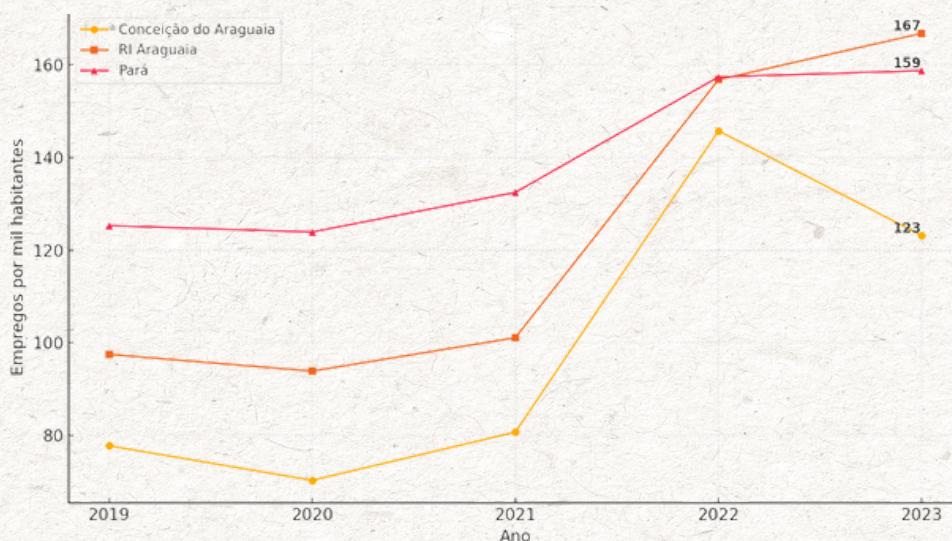
Empregos Formais por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2021, o indicador de empregos formais por mil habitantes em Conceição do Araguaia apresentou crescimento moderado, partindo de 78 para 81 empregos formais, apesar de uma queda inicial em 2020 (70). Esse comportamento reflete os impactos da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho, que provocou retração nas contratações em 2020, mas foi seguido de leve recuperação no ano seguinte. A Região de Integração Araguaia e o estado do Pará também registraram estabilidade nesse período, oscilando dentro de uma faixa estreita em torno de 95 a 132 empregos por mil habitantes (Gráfico 15).

Em 2022, há um salto expressivo em todas as escalas analisadas, especialmente em Conceição do Araguaia, que atingiu 146 empregos formais por mil habitantes – quase o dobro do registrado em 2021. Essa aceleração parece refletir uma retomada mais robusta da economia local, com abertura de novas vagas e possível formalização de trabalhadores informais. A RI Araguaia e o Pará também cresceram fortemente no mesmo ano, convergindo para valores próximos a 158 empregos formais por mil habitantes, o que indica um movimento regional e estadual de recuperação econômica impulsionado por políticas de estímulo ou reabertura do setor produtivo (Gráfico 15).

Já em 2023, observa-se uma inflexão no município: o indicador recuou para 123 empregos formais por mil habitantes, enquanto a RI Araguaia e o estado do Pará continuaram crescendo, chegando a 167 e 159, respectivamente. Essa queda em Conceição do Araguaia pode apontar para um arrefecimento na geração de empregos ou dificuldades pontuais no setor empresarial local, possivelmente associadas a fatores estruturais, sazonais ou à dependência de poucos setores econômicos. O recuo merece atenção por parte da gestão municipal, dado que compromete a consolidação dos avanços obtidos no ano anterior (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 123 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

O PIB per capita de Conceição do Araguaia apresentou crescimento contínuo entre 2018 e 2022, partindo de aproximadamente R\$ 11.576 e atingindo R\$ 15.054 no final do período. Apesar da evolução positiva, o valor absoluto ainda permanece consideravelmente abaixo das médias estadual e regional. A elevação gradual pode refletir o aumento da produção de bens e serviços no município, embora a taxa de crescimento tenha sido mais modesta quando comparada às demais escalas (Gráfico 16).

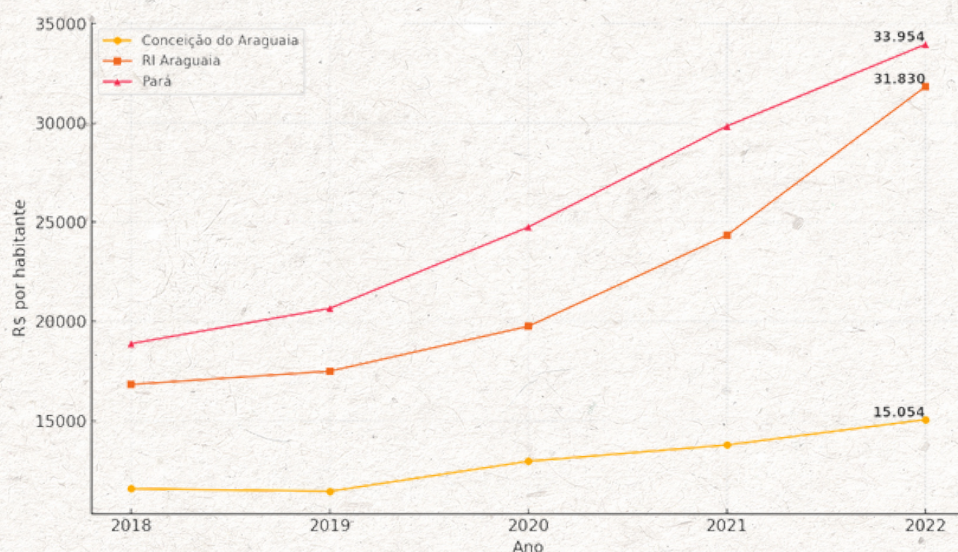


A Região de Integração Araguaia teve um crescimento expressivo, saindo de R\$ 16.824 em 2018 para R\$ 31.830 em 2022 — quase o dobro no intervalo de cinco anos. Esse desempenho pode

estar atrelado à expansão de setores produtivos relevantes na região, como o agronegócio, mineração e construção civil, que têm maior capacidade de alavancar o valor agregado da economia. A forte aceleração observada a partir de 2020 indica um impulso significativo pós-pandemia (Gráfico 16).

No estado do Pará, a trajetória também foi de crescimento constante, alcançando R\$ 33.954 em 2022, o maior valor entre os três níveis. Isso reforça a importância das atividades industriais e extrati-

Gráfico16 - PIB per capita, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 15.054/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Conceição do Araguaia, a participação da indústria no PIB teve trajetória decrescente no período analisado, caindo de 8,2% em 2018 para apenas 3,6% em 2022. Esse declínio constante sugere um enfraquecimento do setor industrial local, o que pode estar associado à falta de investimentos, à predominância de setores primários ou à ausência de políticas de fomento à industrialização. A retração do valor adicionado industrial indica perda relativa de capacidade de transformação produtiva dentro da economia municipal (Gráfico 17).

Na Região de Integração Araguaia, a participação da indústria foi mais estável e apresentou crescimento moderado, passando de 13,9% para 18,6% no mesmo período. Essa tendência revela que, em nível regional, a indústria conseguiu manter ou até ampliar seu peso na composição do PIB, provavelmente apoiada por cadeias produtivas mais consolidadas, infraestrutura mais robusta ou presença de polos industriais regionais (Gráfico 17).

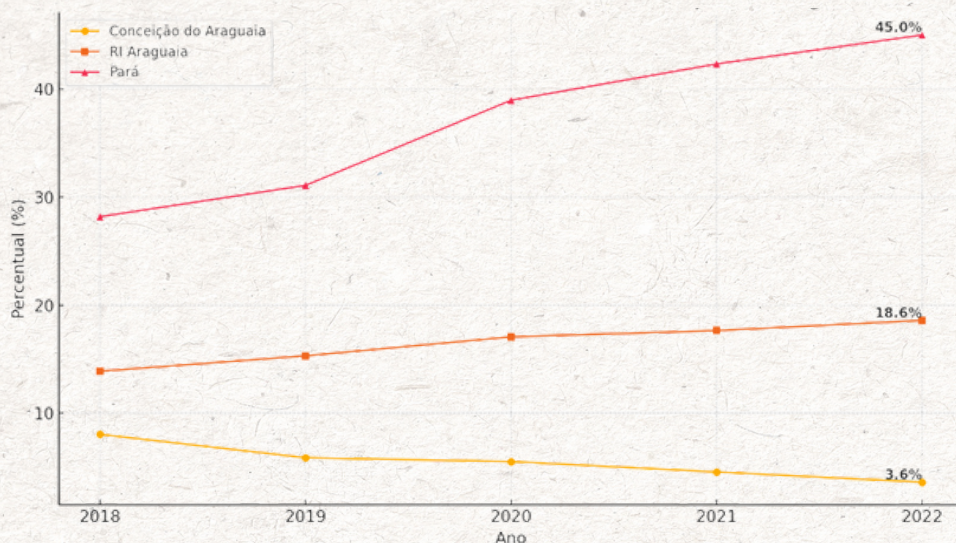
O estado do Pará se destaca com uma forte valorização do setor industrial, que saltou de 28,3% para 45% do PIB entre

2018 e 2022. Esse crescimento pode estar diretamente relacionado ao fortalecimento da mineração e de indústrias extrativas, principalmente na região sudeste do estado, onde se concentram grandes empreendimentos. O contraste com o município de Conceição do Araguaia evidencia a necessidade de políticas de descentralização produtiva e incentivos locais à instalação de indústrias para garantir maior equilíbrio na distribuição do desenvolvimento econômico (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2021, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em Conceição do Araguaia manteve-se relativamente estável, variando entre 11,6 e 10,7. Essa estabilidade, mesmo com ligeira queda no início do período, sugere que o município manteve um contingente constante de trabalhadores qualificados nas áreas científicas, embora



em patamares ainda inferiores à média estadual. A Região de Integração Araguaia também seguiu essa tendência de baixa variação, com crescimento tímido até 2021 (Gráfico 18).

Em 2022, houve um salto significativo no número de profissionais da ciência em Conceição do Araguaia, que atingiu 21,7 por 100 mil habitantes – ultrapassando in-

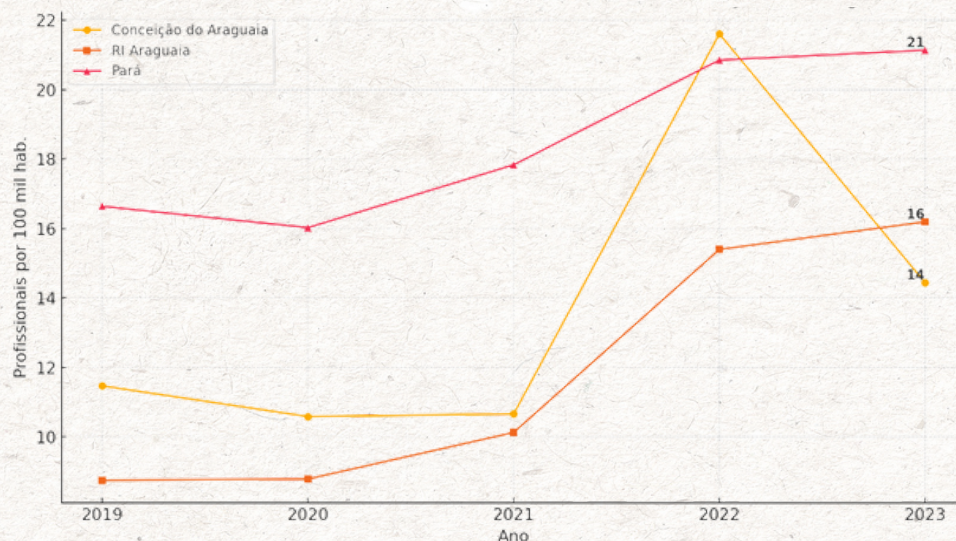
clusive os valores do estado do Pará, que naquele ano chegou a 20,9. Esse avanço pode estar relacionado a políticas locais de incentivo à educação técnica e superior, programas de atração de profissionais ou projetos específicos de pesquisa e inovação. A Região de Integração também registrou crescimento expressivo, alcançando 15,4 profissionais por 100 mil habitantes, indicando uma mobilização regional em torno do fortalecimento do capital humano técnico-científico (Gráfico 18).





No entanto, em 2023, Conceição do Araguaia apresentou uma queda acentuada, retornando a 14,4 profissionais por 100 mil habitantes, enquanto a RI Araguaia e o estado do Pará seguiram em leve crescimento, chegando a 16 e 21,1 respectivamente. Esse recuo no município pode ser reflexo da não renovação de contratos temporários, migração de profissionais para centros maiores ou descontinuidade de projetos anteriores. A oscilação demonstra a fragilidade de políticas de retenção de talentos e a importância de consolidar estruturas institucionais que garantam estabilidade e oportunidades aos profissionais da ciência no interior (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2021, a massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB em Conceição do Araguaia apresentou uma tendência de queda, passando de 1,73% em 2019 para 1,35% em 2020 e mantendo-se praticamente estável em 2021. Esse comportamento pode indicar uma relativa estagnação dos rendimentos do trabalho formal frente ao crescimento do PIB, ou mesmo uma expansão econômica local concentrada em setores de baixa intensidade de mão de obra ou com grande informalidade (Gráfico 19).

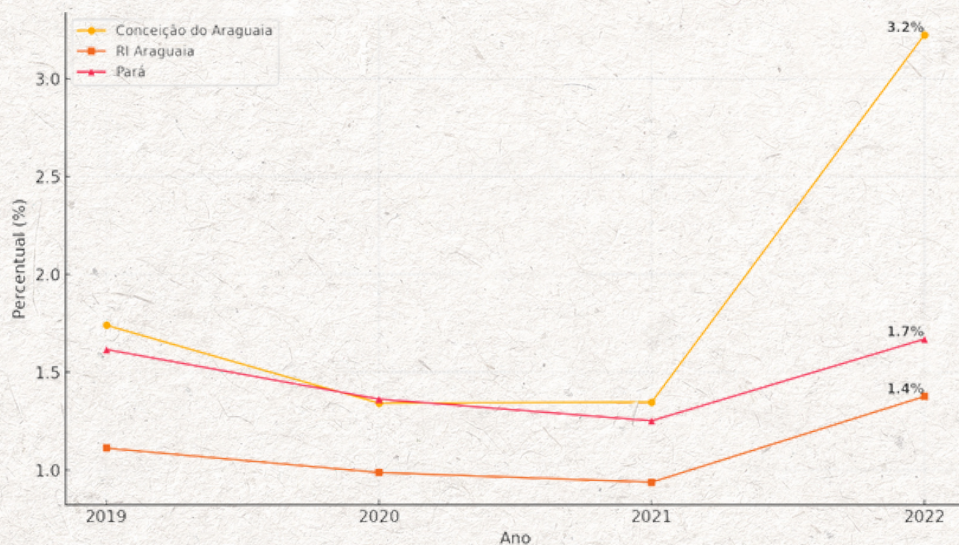
Em contrapartida, no ano de 2022, houve um crescimento

expressivo no indicador do município, que atingiu 3,2% — mais que o dobro do valor registrado no ano anterior e significativamente acima da média estadual e regional. Esse salto pode refletir um aumento real dos salários, expansão do número de empregos formais, ou até mesmo uma valorização setorial que impactou diretamente a remuneração dos trabalhadores registrados. Tal movimento sugere uma mudança positiva na dinâmica do mercado formal de trabalho local (Gráfico 19).

Nas demais esferas territoriais, o crescimento foi mais

moderado. A Região de Integração Araguaia passou de 0,93% para 1,41%, enquanto o estado do Pará subiu de 1,26% para 1,7% entre 2021 e 2022. Ainda que também apresentem tendência de recuperação após a crise pandêmica, os ritmos de avanço foram mais contidos. O destaque de Conceição do Araguaia em 2022 sinaliza uma inflexão importante no papel da renda do trabalho formal na economia municipal, mas requer acompanhamento para verificar se se trata de um movimento estrutural ou pontual (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

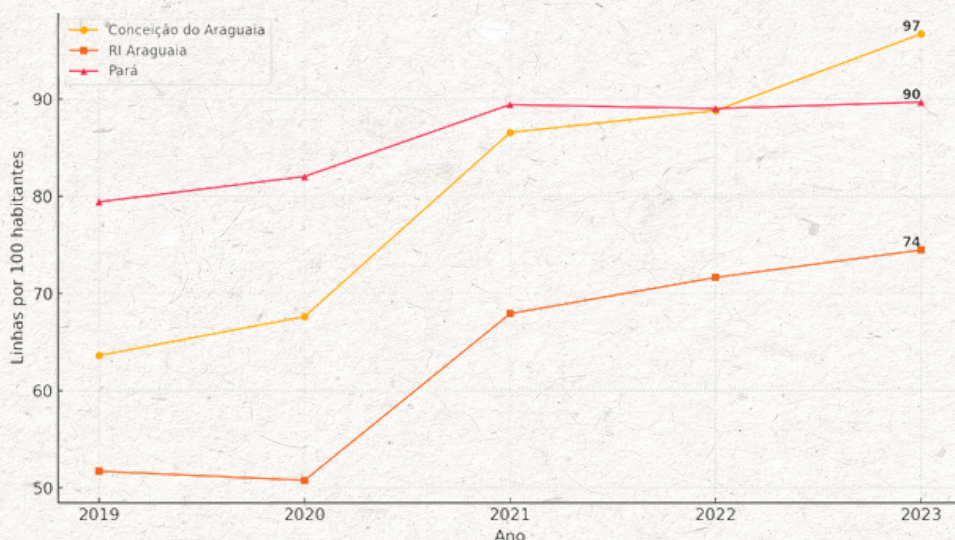
Acesso à Telefonia Móvel

O acesso à telefonia móvel em Conceição do Araguaia apresentou crescimento expressivo entre 2019 e 2023. Em 2019, o município registrava 63,6 linhas móveis por 100 habitantes, passando para 67,8 em 2020 e alcançando 97 em 2023. Esse avanço representa uma melhoria significativa na conectividade da população, podendo ser atribuída à expansão da cobertura das operadoras, à maior acessibilidade de planos pré-pagos e à crescente dependência da telefonia móvel como meio de acesso à internet e serviços digitais (Gráfico 20).

Na Região de Integração Araguaia, o crescimento também foi relevante, embora partindo de um patamar mais baixo: de 51,9 em 2019 para 74,1 em 2023. A trajetória demonstra que, apesar de avanços consistentes, a RI ainda mantém uma defasagem em relação ao município e ao estado, o que pode refletir desigualdades no acesso a infraestrutura de telecomunicações, especialmente em áreas rurais ou mais isoladas (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 97 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

As despesas públicas per capita com cultura e gestão ambiental em Conceição do Araguaia mostraram um crescimento gradual ao longo do período analisado. Em 2019, o município investia R\$ 37 por habitante nessas áreas, valor que variou levemente até alcançar R\$ 48 em 2023. Embora modesto, o aumento demonstra uma valorização progressiva dessas funções, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável e a preservação das identidades locais, mesmo que ainda representem uma pequena fração do orçamento municipal

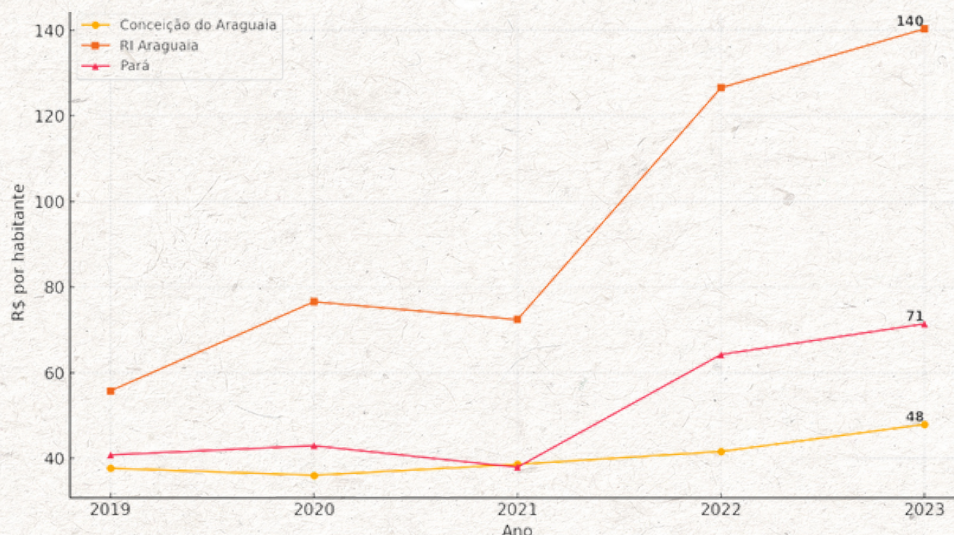
(Gráfico 21).

A Região de Integração Araguaia apresentou desempenho superior, com um salto de R\$ 56 em 2019 para impressionantes R\$ 140 em 2023. Esse crescimento, principalmente a partir de 2021, sugere a implementação de políticas públicas regionais mais robustas nessas áreas, podendo estar atrelado a programas intermunicipais ou captação de recursos estaduais e federais voltados à cultura e ao meio ambiente (Gráfico 21).

O estado do Pará, por sua vez, saiu de R\$ 41 em 2019 para R\$ 71 em 2023, com destaque

para o crescimento acentuado em 2022. Isso pode estar relacionado à retomada de investimentos pós-pandemia, especialmente no setor cultural, fortemente impactado pela crise sanitária. A tendência positiva nas três esferas reforça a importância crescente desses setores como vetores de cidadania, qualidade de vida e preservação ambiental (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

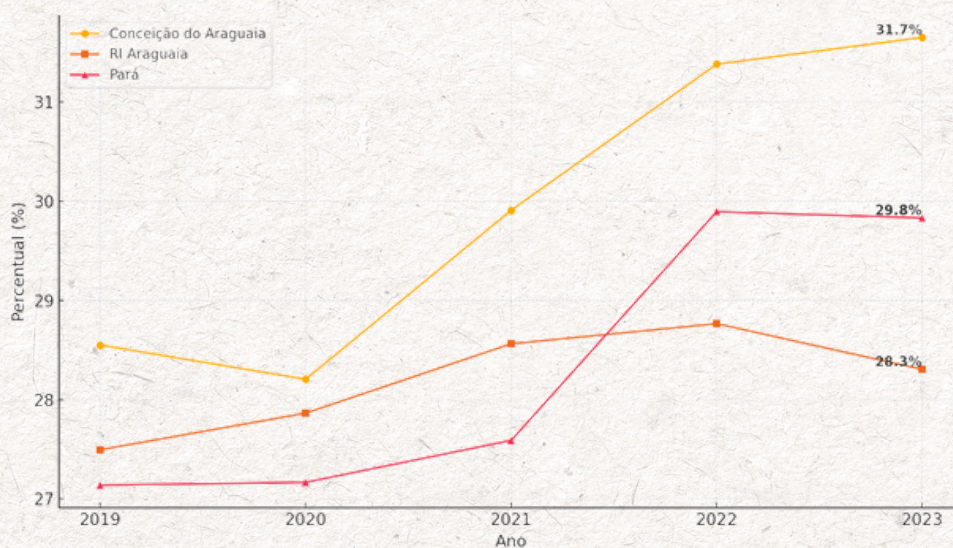
Em Conceição do Araguaia, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram o lixo apresentou tendência de alta durante o período analisado. Em 2019, o valor era de 28,6% e, após leve queda em 2020, subiu progressivamente até atingir 31,7% em 2023. Esse aumento pode refletir a deficiência na cobertura do serviço de coleta de resíduos sólidos em áreas mais vulneráveis do município, obrigando a população a recorrer a práticas ambientalmente inadequadas de descarte (Gráfico 22).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi mais moderado. Partindo de 27,5% em 2019, o indicador oscilou levemente e terminou 2023 em 28,3%. Isso demonstra uma relativa estabilidade regional, ainda que em um patamar preocupante. Tal constância pode ser explicada pela falta de investimentos estruturais em serviços de limpeza urbana ou pela baixa prioridade do tema nas políticas públicas locais (Gráfico 22).

O estado do Pará, por sua vez, também apresentou crescimento no indicador, saindo de

27,1% em 2019 para 29,8% em 2023. A elevação estadual, ainda que menor que a do município, aponta para uma problemática estrutural em termos de cobertura de coleta e destinação final de resíduos sólidos, especialmente nas comunidades de baixa renda. Os dados reforçam a urgência de políticas públicas voltadas à universalização da coleta e ao fortalecimento da gestão ambiental, com foco na população vulnerável (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 31,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Conceição do Araguaia apresentou um patamar extremamente elevado de população de baixa renda com fossa rudimentar ao longo do período, iniciando em 71,2% em 2019 e atingindo o pico de 98,5% em 2022. Em 2023, houve um recuo para 81,5%, ainda assim muito acima das médias estadual e regional. A elevação até 2022 sugere ausência de investimentos estruturais em redes de esgotamento sanitário voltadas à população mais pobre, enquanto a queda em 2023 pode estar associada à implementação pontual de soluções alternativas ou à revisão de cadas-

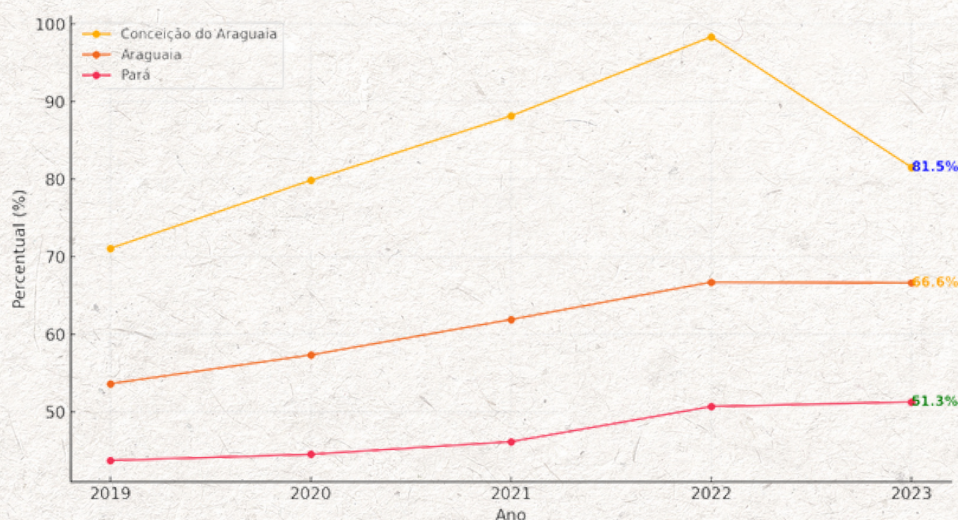
tros (Gráfico 23).

Na Região de Integração Araguaia, o crescimento foi contínuo entre 2019 e 2022, partindo de 53,7% para 66,6%, mantendo esse último valor em 2023. Esse comportamento evidencia que o problema não é isolado ao município, mas sim uma realidade regional, indicando que grande parte da população vulnerável segue utilizando sistemas precários e ambientalmente inadequados, com riscos significativos à saúde pública (Gráfico 23).

O estado do Pará, embora com melhores índices relativos, também mostra um pa-

drão de crescimento. O percentual subiu de 43,3% em 2019 para 51,3% em 2023. A tendência é preocupante, pois demonstra que, mesmo com avanços em outras frentes de infraestrutura, o esgotamento sanitário ainda não alcança de forma adequada a parcela mais pobre da população. Os dados revelam a urgência de programas de saneamento integrados e prioritários para as famílias de baixa renda, de modo a garantir dignidade, saúde e sustentabilidade ambiental (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 81,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Conceição do Araguaia, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram crescimento contínuo e constante entre 2019 e 2023. Em 2019, o município investia R\$ 44 por habitante nessa área, valor que aumentou gradualmente até alcançar R\$ 68 em 2023. Embora os valores absolutos permaneçam modestos em comparação com os níveis estadual e regional, o crescimento consistente sinaliza um esforço da gestão municipal em fortalecer a

capacidade local de enfrentamento a eventos extremos, como enchentes, queimadas ou deslizamentos (Gráfico 24).

Na Região de Integração Araguaia, os gastos foram substancialmente maiores e mais voláteis. Em 2020, a despesa saltou para R\$ 317, seguiu-se uma queda em 2021 (R\$ 247), e voltou a crescer de forma acentuada, atingindo R\$ 445 em 2023. Essa oscilação pode refletir a natureza de projetos sazonais, financiamentos pontuais ou a exe-

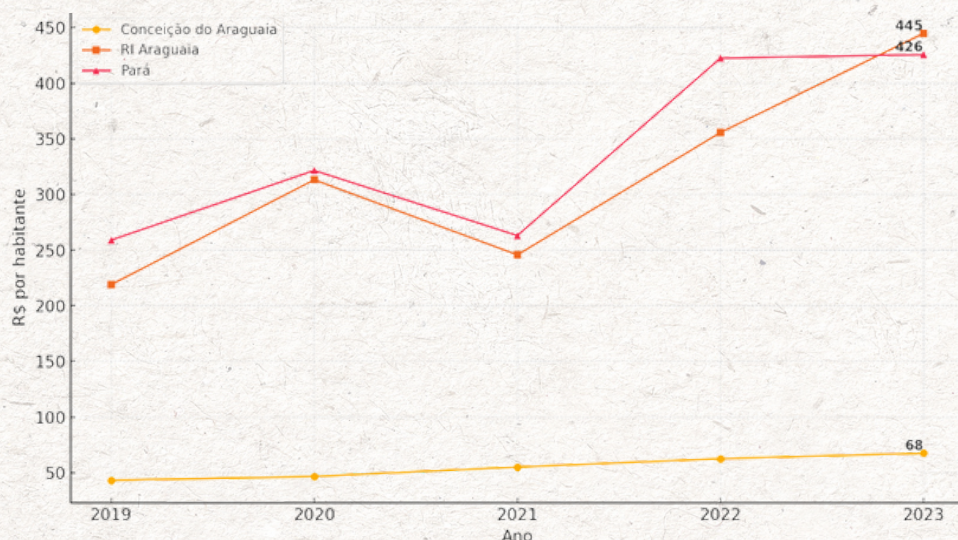
cução de programas regionais específicos, muitas vezes dependentes de repasses externos ou emendas parlamentares (Gráfico 24).

O estado do Pará teve comportamento semelhante à RI, mas com valores ainda mais elevados. Partiu de R\$ 260 em 2019 e chegou a R\$ 426 em 2023, com forte expan-

são entre 2021 e 2022. Isso evidencia uma priorização crescente do tema no plano estadual, possivelmente impulsionada por alertas climáticos, desastres recentes ou fortalecimento da defesa civil. Em termos comparativos, Conceição do Araguaia permanece com gastos significativamente inferiores, o que aponta para

oportunidades de captação de recursos e ampliação das ações preventivas no nível municipal (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 68/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

O município de Conceição do Araguaia apresentou grande oscilação nas despesas per capita com preservação aquática ao longo do período. Em 2019, o gasto foi de R\$ 45 por habitante, saltando para R\$ 241 em 2020 – um pico possivelmente associado a projetos específicos ou ações emergenciais. Contudo, nos anos seguintes, os investimentos recuaram significativamente, chegando a apenas R\$ 20 em 2022, com leve recuperação em 2023 (R\$ 36). Essa flutuação sugere falta de continuidade nas políticas ambientais voltadas aos recursos hídricos locais (Gráfico 25).

A Região de Integração Araguaia também seguiu essa lógica de forte variação. Partindo de R\$ 27 em 2019, o gasto saltou para R\$ 216 em 2020 e caiu para R\$ 24 em 2023. A trajetória é semelhante à do município, reforçando a hipótese de que ações pontuais concentradas em 2020 dominaram o orçamento ambiental regional naquele ano, sem, no entanto, garantir conti-

nuidade nos períodos seguintes (Gráfico 25).

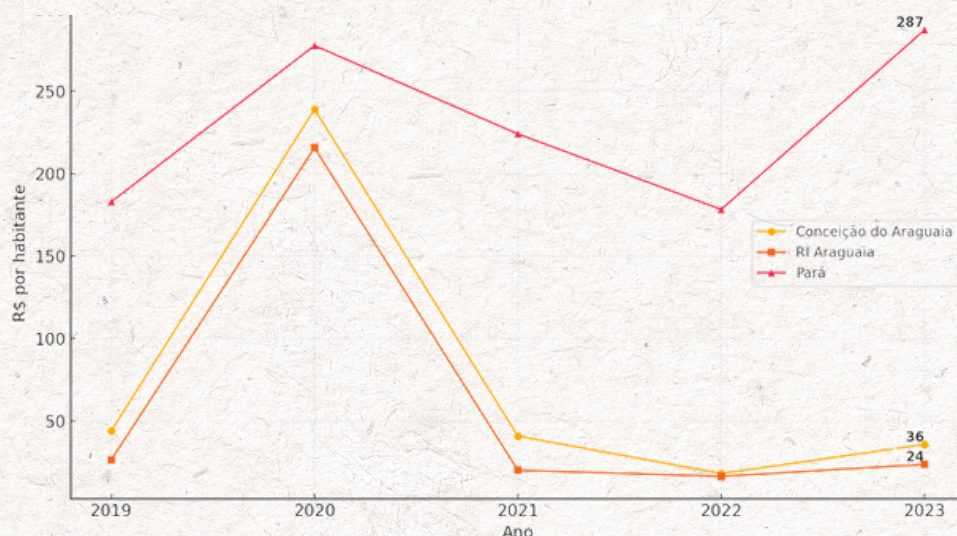
O estado do Pará demonstrou maior estabilidade e progressão positiva no indicador. Os gastos subiram de R\$ 183 em 2019 para R\$ 287 em 2023, com oscilações menos acentuadas. Esse comportamento sugere a existência de uma política estadual mais estruturada e contínua de preservação dos ecossistemas aquá-





ticos, condizente com a relevância dos rios amazônicos e seus impactos sociais, econômicos e ambientais. A discrepância entre o estado e o município reforça a necessidade de articulação federativa para fortalecer políticas locais e assegurar a preservação hídrica com base territorial (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 36/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Conceição do Araguaia, o percentual da área de floresta em relação à área total manteve-se praticamente estável ao longo do período analisado, variando levemente de 12,9% em 2019 para 12,6 em 2023. Essa estabilidade, embora revele certa conservação da cobertura vegetal remanescente, indica também um baixo grau de cobertura florestal no território municipal — o que pode estar ligado à expansão agropecuária histórica e à conversão de uso do solo para pastagens ou lavouras. O patamar é consideravelmente inferior ao observado na RI e no estado (Gráfico 26).

Na Região de Integração Araguaia, o indicador apresentava valores estáveis acima de 50% entre 2019 e 2021, mas sofreu uma queda brusca em

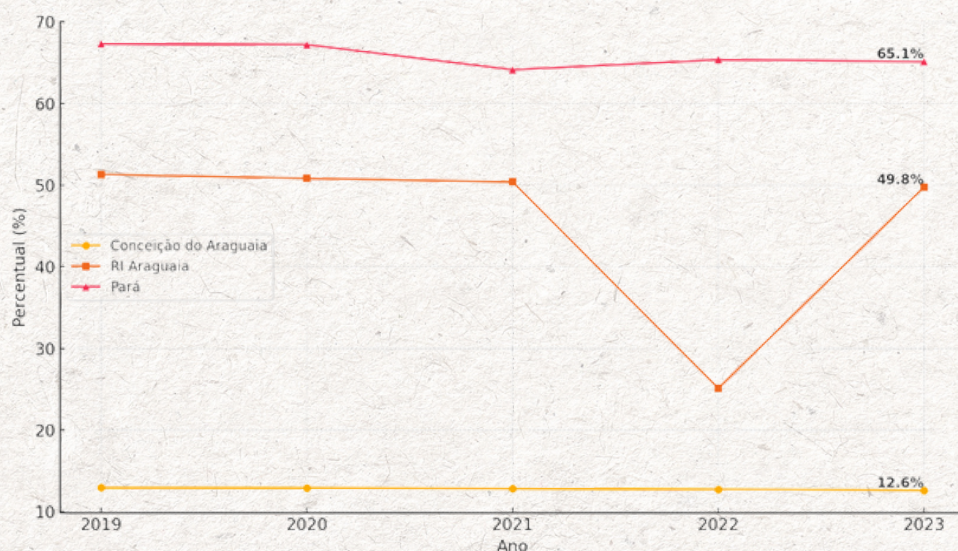
2022, alcançando apenas 25,4%, antes de se recuperar em 2023, quando voltou para 49,8%. Essa oscilação expressiva pode indicar erros ou revisões metodológicas nas bases de dados ou, alternativamente, grandes eventos de desmatamento seguidos de recomposição (por regeneração natural ou revegetação induzida). A variação chama aten-



ção e merece acompanhamento técnico mais detalhado (Gráfico 26).

O estado do Pará apresenta os maiores percentuais de cobertura florestal entre os três níveis, embora com ligeira redução de 67,7% em 2019 para 65,1% em 2023. O leve decréscimo reflete a pressão contínua sobre o território florestal amazônico, ainda que os valores permaneçam altos. A manutenção dessa cobertura é estratégica tanto para a regulação climática quanto para a conservação da biodiversidade. A comparação evidencia a fragilidade da cobertura florestal em Conceição do Araguaia e a necessidade de políticas locais mais ativas de reflorestamento e uso sustentável do território (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Conceição do Araguaia, o percentual de área desmatada permaneceu praticamente estável ao longo dos cinco anos analisados, oscilando levemente em torno de 53,6%. Esse valor é extremamente elevado, refletindo um cenário consolidado de desmatamento e conversão do uso do solo, provavelmente impulsionado por atividades agropecuárias extensivas. A ausência de redução no indicador sugere que as medidas de controle ambiental locais são insuficientes para reverter ou mesmo mitigar os impactos já causados (Gráfico 27).

Na Região de Integração Araguaia, o indicador apresentou uma elevação abrupta em 2022, saltando de 39,7% para

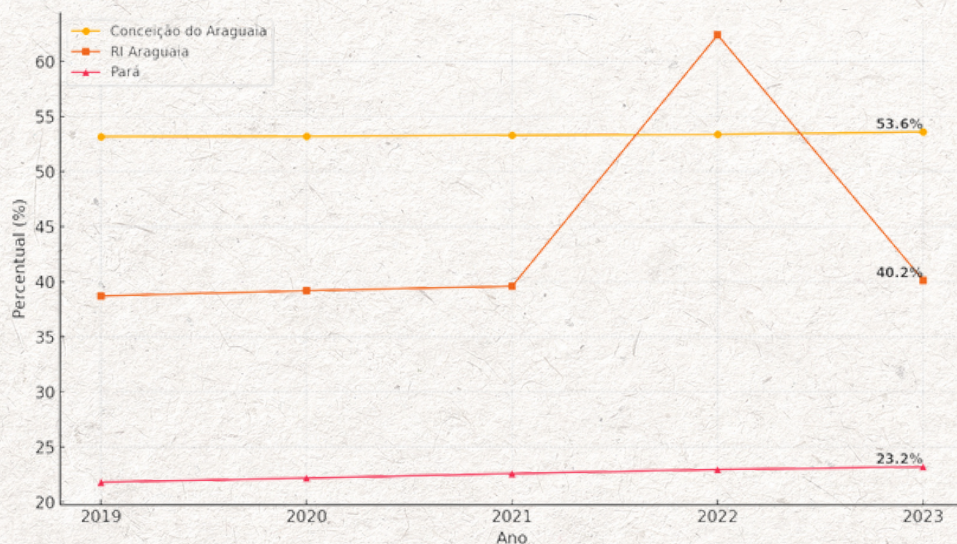
62,4%, antes de retornar a 40,2% em 2023. Essa variação atípica pode indicar problemas na metodologia de medição, revisão cartográfica ou até mesmo eventos localizados de desmatamento expressivo em áreas específicas da RI. Ainda assim, o valor de 2023 continua alto, apontando para uma pressão constante sobre os ecossistemas locais (Gráfico 27).

O estado do Pará, apesar de estar abaixo dos demais níveis, também apresenta uma tendência crescente, partindo de 21,6% em 2019 para 23,2% em 2023. Isso demonstra que, mesmo com políticas públicas e fiscalização estadual, o avanço do desmatamento segue uma preocupação estrutu-

ral, impulsionada por vetores como garimpo ilegal, expansão agropecuária e ausência de governança em áreas remotas. A disparidade entre os níveis territoriais reforça a urgência de estratégias locais e regionais integradas para reduzir o desmatamento e recuperar áreas degradadas (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 53,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

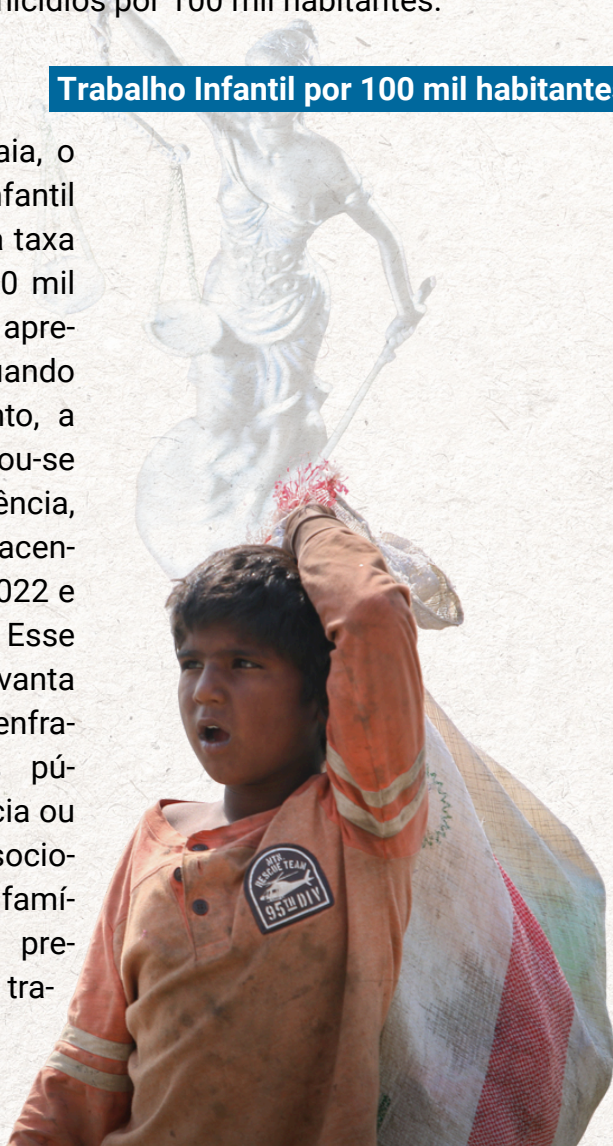
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Conceição do Araguaia, o indicador de trabalho infantil iniciou o período com uma taxa baixa de 10 casos por 100 mil habitantes em 2019 e apresentou queda até 2021, quando chegou a zero. No entanto, a partir de 2022, observou-se uma reversão dessa tendência, com um crescimento acentuado para 20 casos em 2022 e 25 casos em 2023. Esse aumento repentino levanta preocupações sobre o enfraquecimento de políticas públicas de proteção à infância ou o impacto de crises socioeconômicas que forcem famílias a inserirem crianças precocemente no mercado de tra-

balho informal (Gráfico 28).

Na Região de Integração Araguaia, houve uma trajetória de queda consistente ao longo dos anos. O índice passou de alarmantes 70,3 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 24,5 em 2023. Essa redução progressiva pode ser resultado de ações regionais mais estruturadas de combate ao trabalho infantil, como a ampliação da rede de assistência social e a fiscalização do Ministério Público do Trabalho. Ainda assim, a taxa da região em 2023 é semelhante à observada em

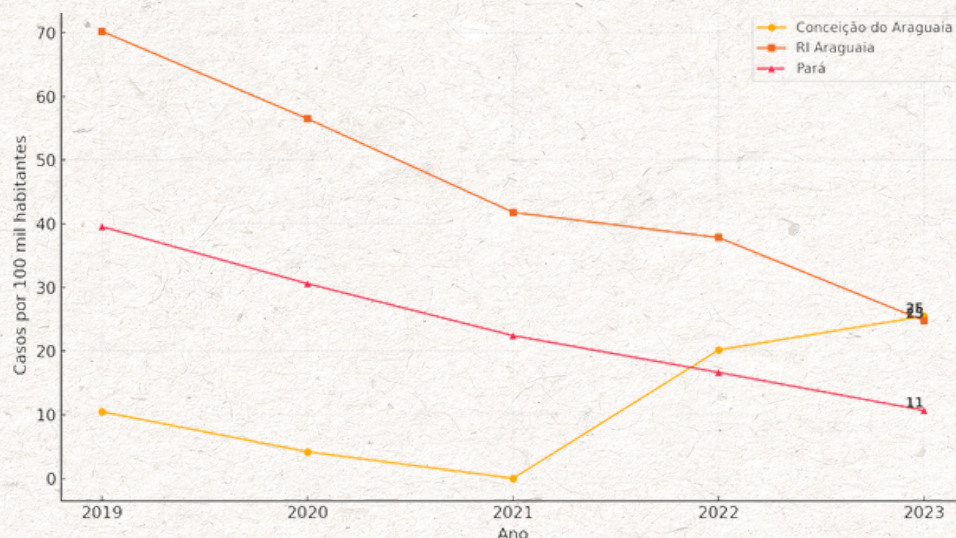




Conceição do Araguaia, indicando que o problema persiste em níveis preocupantes (Gráfico 28).

No estado do Pará, o indicador também apresentou queda expressiva e contínua, saindo de 39,6 em 2019 para 11 casos por 100 mil habitantes em 2023. A tendência estadual reflete avanços em programas de erradicação do trabalho infantil e políticas intersetoriais de educação, saúde e assistência. A diferença entre a trajetória estadual e a retomada do crescimento em Conceição do Araguaia destaca a importância de monitoramento local e ações específicas para conter o retrocesso no município (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Conceição do Araguaia apresentou uma evolução preocupante na taxa de homicídios entre 2019 e 2022. O índice cresceu de 14 para 63 homicídios por 100 mil habitantes nesse intervalo, revelando um aumento de mais de 350%. Tal explosão pode estar relacionada ao aumento da criminalidade organizada, disputas territoriais, ausência de políticas eficazes de segurança pública ou fragilidades institucionais no controle da violência. Em 2023, houve queda para 34 homicídios por 100 mil, o que sinaliza uma possível resposta do sistema de segurança, em-

bora os níveis ainda sejam elevados (Gráfico 29).

A Região de Integração Araguaia manteve-se, durante o período, com taxas elevadas e relativamente estáveis até 2021, quando alcançou o pico de 54 homicídios por 100 mil habitantes. Em 2023, a taxa caiu para 42, o que ainda representa um cenário crítico. Esse comportamento indica que a violência letal é uma preocupação estrutural em nível regional, com raízes profundas em desigualdades sociais, ausência do Estado em determinadas áreas e disputas associadas a dinâmicas ilegais

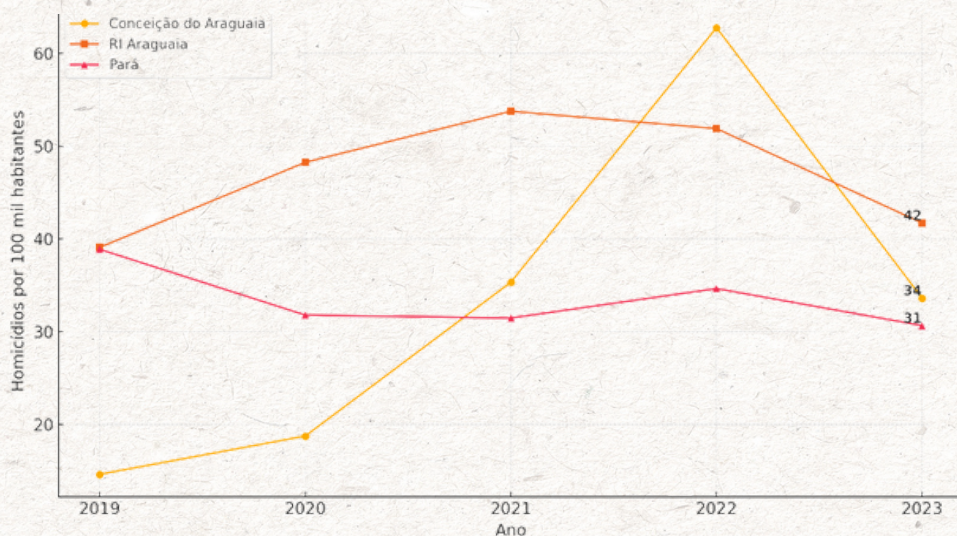
(Gráfico 29).

No estado do Pará, a taxa de homicídios permaneceu mais estável ao longo do período, variando entre 39 e 31 homicídios por 100 mil habitantes. Em 2023, o estado apresentou a menor taxa do intervalo (31), o que pode refletir os efeitos de políticas estaduais de segurança, como aumento do efetivo policial, uso de inteligência e programas de mediação de conflitos. A disparidade entre os níveis estadual e local reforça a necessidade de reforçar a presença institucional e os mecanismos de prevenção em municípios como Conceição

do Araguaia (Gráfico 29).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O gráfico revela que o município de Conceição do Araguaia apresentou um crescimento expressivo no gasto público municipal como percentual do PIB entre 2018 e 2022. Em 2018 e 2019, o índice se manteve estável em 22,7%, mas caiu para 20,0% em 2020. A partir de então, observou-se uma elevação significativa, atingindo 26,6% em 2021 e culminando em 30,1% em 2022. Esse aumento pode refletir tanto uma ampliação do esforço fiscal local quanto um possível enfraquecimento da base econômica, elevando a proporção da despesa pública sobre o PIB municipal (Gráfico 30).

Na Região de Integração Ara-

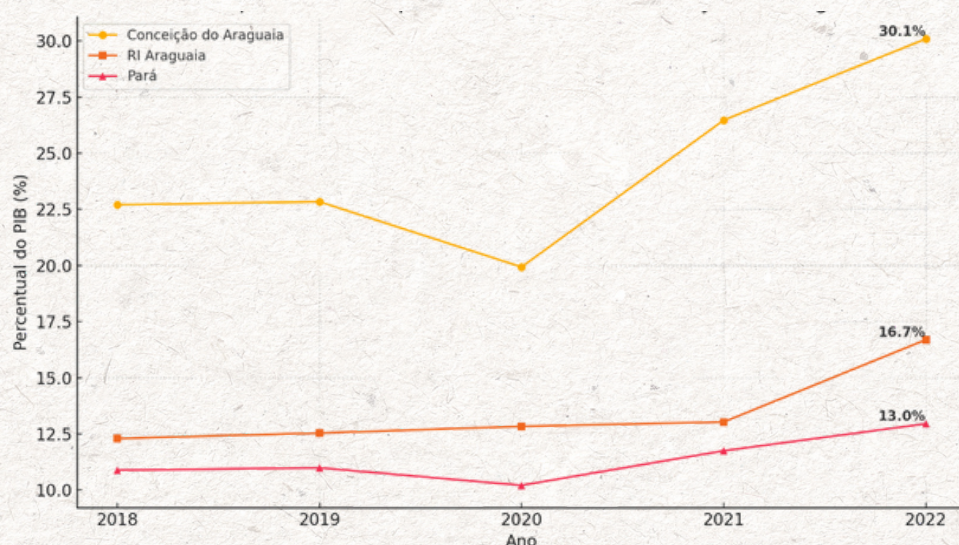
guaia, o crescimento também foi observado, porém de forma mais moderada. O percentual subiu gradualmente de 12,3% em 2018 para 13,0% em 2021, e apresentou um salto mais acentuado em 2022, alcançando 16,7%. Esse comportamento sugere que, embora os municípios da RI estejam aumentando seus gastos públicos em relação ao PIB, isso pode estar sendo impulsionado por fatores conjunturais, como políticas de recuperação econômica pós-pandemia ou transferências intergovernamentais pontuais (Gráfico 30).

No âmbito estadual, o Pará apresentou a menor variação entre os três níveis territoriais analisados. O indicador osci-

lou entre 11,0% e 13,0% no período, com queda em 2020 (10,1%) e recuperação nos dois anos seguintes. A relativa (10,1%) e recuperação nos dois anos seguintes. A relativa estabilidade sugere maior equilíbrio fiscal em nível estadual, ou uma base econômica mais diversificada, que dilui o peso das despesas públicas no PIB. A comparação evidencia que Conceição do Araguaia está se distanciando dos padrões estadual e regional, o que pode indicar tanto maior autonomia fiscal quanto riscos de desequilíbrio orçamentário se o aumento das despesas não estiver atrelado ao crescimento sustentável da arrecadação (Gráfico 30).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 30,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

O gráfico demonstra que a taxa de acesso à banda larga fixa em Conceição do Araguaia apresentou crescimento consistente ao longo do período de 2019 a 2023. Em 2019, o município registrava 10,8 pontos por 100 habitantes, número que evoluiu para 11,0 em 2021, seguido de uma aceleração significativa, atingindo 14,4 em 2022 e chegando a 16 pontos em 2023. Esse avanço evidencia um esforço local de expansão da infraestrutura digital e aumento da conectividade, possivelmente impulsionado pela demanda crescente por acesso remoto a serviços educacionais, de saúde e trabalho, especialmente após a pandemia (Gráfico 31).

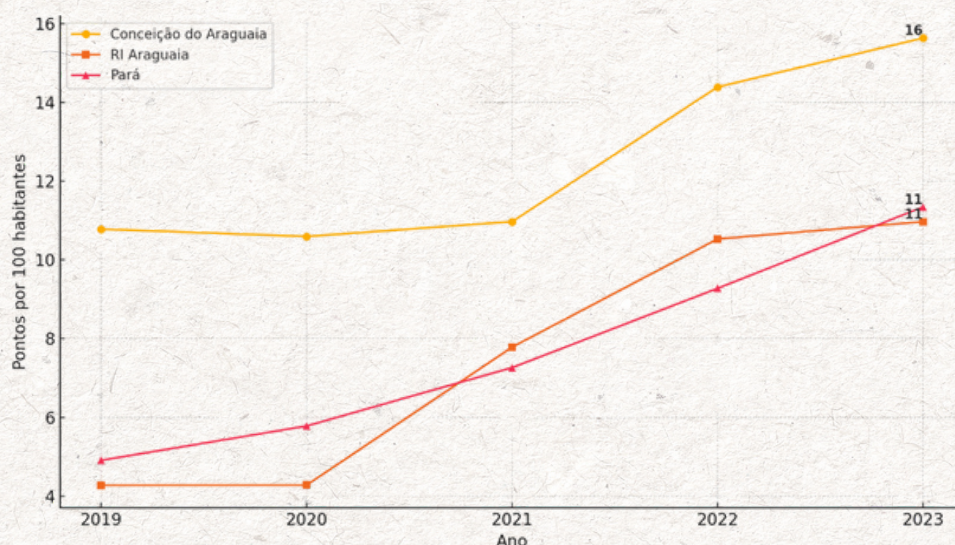
Na Região de Integração Araguaia, a evolução também foi positiva, embora com patamares mais baixos e crescimento mais tardio. Entre 2019 e 2020, o indicador permaneceu praticamente estagnado, com cerca de 4,3 pontos. A partir de 2021, houve incremento progressivo, alcançando 7,7 pontos naquele ano, 10,5 em 2022 e 11,0 em 2023. Essa expansão reflete uma tendência regional de inclusão digital, ainda que com menor intensidade comparada ao município de Conceição do Araguaia, que lidera em conectividade fixa na comparação territorial (Gráfico 31).

No estado do Pará, o comportamento foi semelhante ao da

RI, mas com crescimento mais regular e contínuo. A taxa estadual saiu de 4,9 pontos em 2019 para 11,0 em 2023, indicando uma duplicação do indicador no intervalo analisado. Esse crescimento revela a ampliação das políticas públicas e dos investimentos privados no setor de telecomunicações em nível estadual, ainda que com desafios para reduzir desigualdades de acesso entre os municípios. A liderança de Conceição do Araguaia sugere um contexto local mais favorável à expansão da banda larga, seja por priorização governamental, atratividade de mercado ou ações comunitárias (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



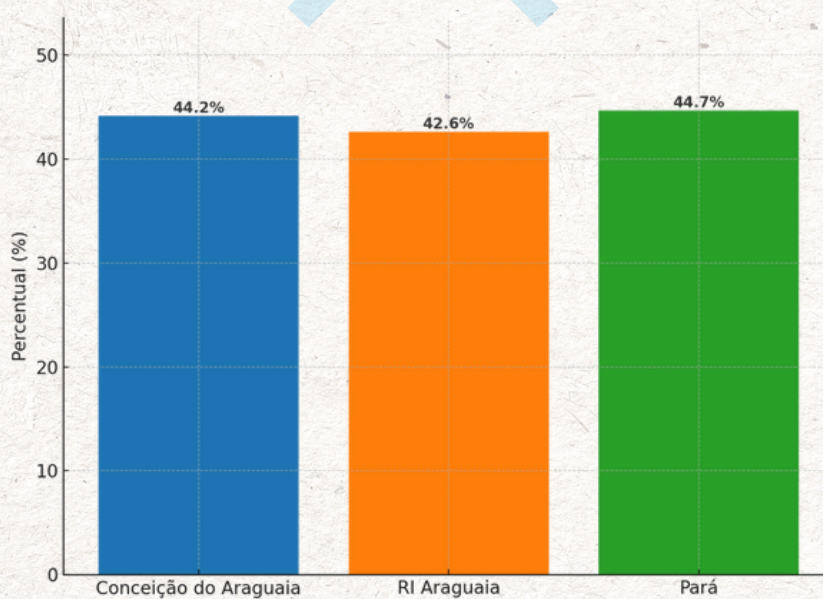
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Conceição do Araguaia** registrou um IDS de **44,2%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Conceição do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.


Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

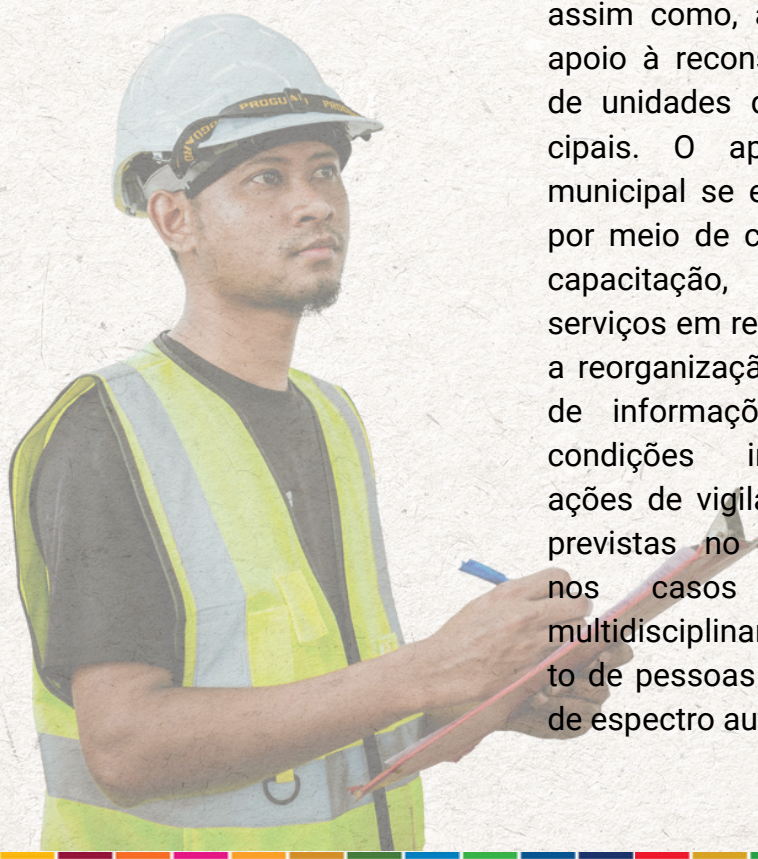


Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apo-

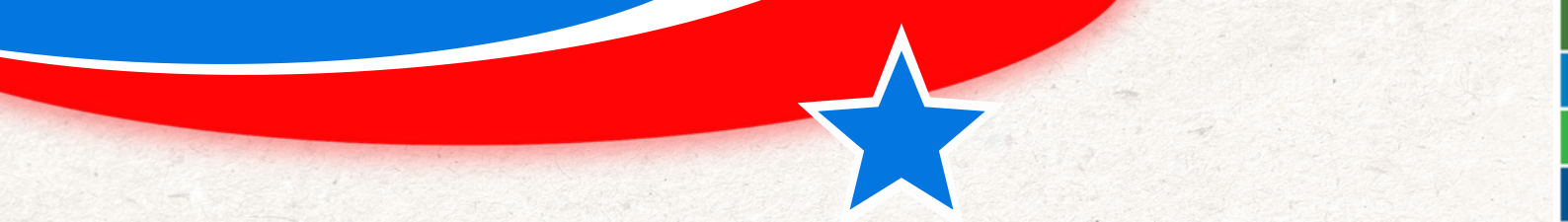
io às vicinais, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e

valorização das atividades florestais não madeireiras, conforme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conser-

vação de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

